

Boletim Epidemiológico Paulista

ISSN 1806-423-X
ISSN 1806-4272 – online

BEPA 52

PUBLICAÇÃO MENSAL SOBRE AGRAVOS À SAÚDE PÚBLICA
Volume 5 Número 52 abril/2008

BEPA

Boletim Epidemiológico Paulista

PUBLICAÇÃO MENSAL SOBRE AGRAVOS À SAÚDE PÚBLICA ISSN 1806-423-X

Volume 5 Nº 52

abril de 2008

Nesta Edição

- Resistência antimicrobiana de *Salmonella* sp isolada de carne de frango resfriada comercializada em Aracaju, Sergipe 4**
Antimicrobial resistance of Salmonella sp isolated from refrigerated poultry meat sold in Aracaju, Sergipe
- Programa de Vigilância de Zoonoses e Manejo de Eqüídeos do Estado de São Paulo 7**
Zoonosis Surveillance Program and Equide Management in the State of São Paulo
- Quantificação de *Salmonella* spp. e avaliação dos dizeres de rotulagem de carcaças de frango congeladas comercializadas no Estado de São Paulo . . . 16**
Quantification of Salmonella spp. and evaluation of label information of frozen chicken carcasses on retail sale in the State of São Paulo
- Classificação epidemiológica dos municípios para a leishmaniose visceral americana. Estado de São Paulo, abril de 2008 20**
American visceral leishmaniasis epidemiologic classification according to cities in the State of São Paulo, April, 2008
- Instruções aos Autores 26**
Author's Instructions



Expediente

O Boletim Epidemiológico Paulista é uma publicação mensal da Coordenação de Controle de Doenças (CCD) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.
Av. Dr. Arnaldo, 351 – 1º andar, sala 135
CEP: 01246-000 – São Paulo – Brasil
Tel.: (55) 11 3066-8823 e 3066-8825
bepa@saude.sp.gov.br

Coordenadora

Clelia Maria Sarmento de Souza Aranda

Editora Geral

Clelia Maria Sarmento de Souza Aranda

Editores Associados

Afonso Viviane Junior – Sucen/SP
Ana Freitas Ribeiro – CVE/CCD/SES-SP
Fernando Fiuzza – Instituto Clemente Ferreira/CCD/SES-SP
José Carlos do Carmo – Cerest/CCD/SES-SP
Marcos da Cunha Lopes Virmond – ILSL/CCD/SES-SP
Maria Clara Gianna – CRT/DST/Aids/CCD/SES-SP
Maria Cristina Megid – CVS/CCD/SES-SP
Marta Lopes Salomão – IAL/CCD/SES-SP
Neide Yume Takaoka – Instituto Pasteur/CCD/SES-SP

Consultores Científicos

Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza
FM/Unesp/Botucatu/SP
Cristiano Corrêa de Azevedo Marques – CCD/SES-SP
Eliseu Alves Waldman – FSP/USP/SP
José Cássio de Moraes – FCM-SC/SP
Luiz Eduardo Batista – CCD/SES-SP
Luiz Jacintho da Silva – FM/Unicamp
Maria Bernadete de Paula Eduardo – CCD/SES-SP
Vilma Pinheiro Gawyszewsk – CCD/SES-SP

Coordenação Editorial

Cecília Abdalla
Cláudia Malinverni
Letícia Maria de Campos
Sylia Rehder

Núcleo de Comunicação – CCD

Projeto gráfico/editoração eletrônica

Marcos Rosado – Nive/CVE
Zilda M Souza – Nive/CVE

Endereço eletrônico: <http://www.ccd.saude.sp.gov.br>

Os artigos publicados são da responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Para republicação de qualquer material, solicitar autorização dos editores.

Resistência antimicrobiana de *Salmonella* sp isolada de carne de frango resfriada comercializada em Aracaju, Sergipe

Antimicrobial resistance of *Salmonella* sp isolated from refrigerated poultry meat sold in Aracaju, Sergipe

Gabriel Isaías Lee Tunon¹, Rafaelle Monteiro Nunes¹, Tatiana de Melo Silva¹, Max Weber de Menezes Calasans²

¹Laboratório de Microbiologia Veterinária. Faculdade Pio Décimo. Aracaju/SE

²Prefeitura Municipal de Boquim/SE

Resumo

Salmonella é um dos patógenos mais comumente relacionados com enfermidades transmitidas por alimentos em humanos, freqüentemente associada com o consumo de aves e seus derivados. Da mesma forma, a sua resistência a diversos tipos de antimicrobianos vem tornando-se um problema importante para a saúde pública. O objetivo deste estudo foi o de avaliar a contaminação de carcaças e vísceras de frangos resfriados comercializadas em supermercados de Aracaju, SE, por *Salmonella* e verificar a sensibilidade deste patógeno a diferentes antimicrobianos. A presença de *Salmonella* Muenchen foi verificada em uma das amostras, tendo uma alta sensibilidade aos antimicrobianos testados.

Palavras-chave: microbiologia; qualidade de produtos para o consumidor; *Salmonella*.

Abstract

Salmonella is one of the most frequent foodborne pathogens in humans, being commonly associated with consumption of poultry products. Its resistance to different antimicrobial compounds is becoming an important public health problem. The purpose of this study was to isolate *Salmonella* from refrigerated poultry meat sold in supermarkets in Aracaju/SE and to verify antimicrobial sensitivity of this pathogen. One of the samples tested was positive for *Salmonella* Muenchen and its susceptibility for antimicrobials was considered high.

Key words: food contamination; poultry products; *Salmonella*.

Introdução

No mundo, a salmonelose representa cerca de 10% a 15 % das gastroenterites de origem alimentar, sendo as carnes de aves, ovos e produtos cárneos os principais alimentos transmissores da *Salmonella* ao homem. Sua presença em alimentos é um relevante problema de saúde pública.

No Brasil há relatos de contaminação por *Salmonella* variando de 9,15% a 86,7%, que provavelmente ocorrem devido às deficiências de saneamento básico e às más condições higiênico-sanitárias da maioria da população, aliadas ao precário controle de qualidade de algumas indústrias alimentícias e de pequenos abatedouros de aves¹.

O uso extensivo de antimicrobianos em humanos e animais tem levado ao aumento da resistência múltipla a drogas em diferentes cepas bacterianas. O aumento no isolamento de cepas de *Salmonella* resistentes a antibióticos de casos humanos de salmonelose tem sido associado ao uso de antimicrobianos em animais de produção. Esse fato representa um risco para a saúde pública pela transferência de cepas resistentes de *Salmonella* aos humanos em função do consumo de alimentos contaminados^{2,3}.

Em virtude da falta de informações sobre a contaminação por *Salmonella* em carne de frango comercializada em Aracaju, SE, foi proposto o presente estudo. O seu objetivo é avaliar a presença deste patógeno alimentar e verificar a sua susceptibilidade a diferentes antimicrobianos.

Metodologia

Foram coletadas 36 amostras de frangos resfriados comercializados em diferentes supermercados da cidade de Aracaju. Essas amostras representaram cortes e vísceras, como coração, moela e fígado. As amostras foram acondicionadas em caixas isotérmicas com gelo e encaminhadas ao Laboratório de Microbiologia Veterinária da Faculdade Pio Décimo, onde foram realizadas as análises microbiológicas. A metodologia utilizada segue as recomendações da Instrução Normativa nº 62, de 26/8/2003, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento⁴.

Foram pesados asepticamente 25 g de cada amostra e incubados em 225mL de água peptonada a 36°C por 24 horas. Um mL foi retirado e inoculado em

cada um dos dois tubos contendo 9mL de caldo de selenito-cistina e 9mL de caldo tetrionato e incubados durante 18-20h/37°C. Após a incubação, alçadas de cada um dos tubos foram estriadas em meios seletivos ágar bile verde brilhante, ágar bismuto sulfito e ágar salmonella-shigella. As placas foram incubadas por 24 a 48 horas a 37°C, e as colônias suspeitas presentes nesses meios foram submetidas à identificação morfo-tintorial e bioquímica. Os isolados confirmados como sendo do gênero *Salmonella* foram enviados ao Laboratório de Enterobactérias da Fundação Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro, RJ) para a sua sorotipificação.

Para testar a sensibilidade a antimicrobianos foi utilizada a técnica de difusão em Agar, utilizando-se ágar Mueller-Hinton e discos de antibióticos.

Resultados e discussão

Todas as amostras apresentaram algum tipo de crescimento bacteriano, principalmente por enterobactérias como *Escherichia coli*, *Citrobacter spp*, *Klebsiella spp* e *Proteus spp*. O *Codex Alimentarius* recomenda a ausência de qualquer sorovar de *Salmonella* em 25g da amostra analisada, incluindo carne de aves e ovos. Em apenas uma (2,7%) amostra foi detectada a presença de *Salmonella*, sorotipificada como *Salmonella* Muenchen. A ocorrência desse sorotipo em aves é considerada acidental ou rara, como foi confirmado num estudo sobre prevalência de *Salmonella* em aves, realizado de forma contínua durante 30 anos em 15 Estados brasileiros⁵.

Esse sorotipo teve uma susceptibilidade alta aos antibióticos testados (Tabela 1). A resistência à gentamicina mostrada por esta cepa de *Salmonella* não é freqüente, fato mostrado em outras pesquisas^{2,3}. No presente trabalho, pela preocupação com a saúde pública, foram utilizados princípios ativos que são adotados com certa freqüência no tratamento humano da salmonelose, sendo mais eficazes os antibióticos betalactâmicos (amoxicilina, ampicilina, cefalexina, cefalotina, ceftriaxona e imipenem), a en-rofloxacina e o sulfazotrim.

Da mesma forma que esta pesquisa, os dados têm demonstrado que a maioria das cepas de *Salmonella* isoladas de fontes não-humanas no Brasil entre 1995 e 2000 apresentam alta sensibilidade aos antimicrobianos testados⁶.

Tabela 1. Susceptibilidade frente a 14 antimicrobianos de *Salmonella* Muenchen isolada de carcaça de frango resfriada comercializada em Aracaju, SE.

Antimicrobiano	Susceptibilidade (R=resistente; S= sensível)
Amicacina	S
Amoxicilina	S
Ampicilina	S
Canamicina	R
Cefalexina	S
Cefalotina	S
Ceftriaxona	S
Cloranfenicol	S
Enrofloxacina	S
Estreptomomicina	R
Gentamicina	R
Imipenem	S
Sulfazotrim	S
Tetraciclina	S

Conclusão

Os resultados desta pesquisa confirmam que a presença de *Salmonella* em carcaças de frangos comercializadas em Aracaju constitui um fator de risco para saúde pública. É possível concluir que as aves podem carrear *Salmonella* para dentro do abatedouro. Sugerimos que há uma necessidade de se melhorar as práticas higiênico-sanitárias em abatedouros para garantir um produto de qualidade ao consumidor, sendo necessária a implantação de programas específicos de controle para minimizar os fatores que contribuem para a multiplicação dessa bactéria, bem como a promoção de treinamento de pessoal em todos os segmentos da área produtiva.

Na avicultura, o uso indiscriminado de antimicrobianos no tratamento de infecções e a sua adição em rações como promotores de crescimento têm contribuído para a emergência de resistência entre cepas de *Salmonella* e outras bactérias.

Referências

1. Almeida IC, Gonçalves PMR, Franco RM, Carvalho JCA. Isolamento e identificação de *Salmonella* em carcaças de frango congelados e frescos, através de método rápido. *Higiene Alimentar*. 2000;14(70):59-62.
2. Bada-Alambedji R, Fofana A, Seyde M, Akakpo AJ. Antimicrobial resistance of *Salmonella* isolated from poultry carcasses in Dakar (Senegal). *Braz J Microbiol*. 2006;37:510-515.
3. Cortez ALL, Carvalho ACFB, Ikuno AA, Bürger KP, Vidal-Martins AMC. Resistência antimicrobiana de cepas de *Salmonella* spp isoladas de abatedouros de aves. *Arq Inst Biol*. 2006;73(2):157-163.
4. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Instrução Normativa nº 62/2003. Oficializa os Métodos Analíticos Oficiais para Análises Microbiológicas para o Controle de Produtos de Origem Animal e Água. De 26 de agosto de 2003. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 18 de set. 2003, Seção 1, p.14.
5. Hofer E, Silva Filho SJ, Reis EMF. Prevalência de sorovares de *Salmonella* isolados de aves no Brasil. *Pesq Vet Bras*. 1997;17(2):55-62.
6. Silva EM, Duarte A. *Salmonella Enteritidis* em Aves: Retrospectiva no Brasil. *Rev Bras Cienc Avic*. 2002;4(2):85-100.

Correspondência/Correspondence to:

Dr. Gabriel Isaias Lee Tunon
 Faculdade Pio Décimo – Campus III
 Hospital Veterinário “Dr. Vicente Borelli”
 Av. Tancredo Neves, 5655 – Jabotiana
 CEP: 49095-000 – Aracaju/SE
 Tel.: 55 79 3234-8431 – Fax: 55 79 3259-1990
 E-mail: drgleet@hotmail.com

Programa de Vigilância de Zoonoses e Manejo de Eqüídeos do Estado de São Paulo

Zoonosis Surveillance Program and Equide Management in the State of São Paulo

Módulo I: Comportamento e Biologia de Eqüídeos

Claudia Leschonski¹, Claudia Martins Serra², Cristiano Menandro²

¹Universidade do Cavalo e Uirapuru Superior Sorocaba/SP

²Projeto Potro

Introdução

Estima-se que 2 bilhões de pessoas, em cerca de 30 países, utilizam em torno de 300 milhões de animais de tração, em especial eqüinos. Alguns estudos demonstram que este número pode aumentar ao longo dos próximos anos. No Brasil vivem quase 6 milhões de eqüinos, além de 3 milhões de asininos e muares, mantidos com diferentes interesses, utilidades e vínculos com os seres humanos.

Para muitas famílias os eqüinos são utilizados em tração ou transporte e representam a principal ou única fonte de renda, em especial nas atividades de coleta de materiais inservíveis para reciclagem ou transporte de entulhos. Além de trabalho, os eqüinos são utilizados para entretenimento, lazer e atividades religiosas. A presença de eqüinos soltos em vias públicas de centros urbanos pode provocar acidentes de trânsito, muitas vezes fatais para animais e seres humanos. Além disso, estas espécies podem causar danos ao meio ambiente e representam um risco à saúde, na medida em que são reservatórios de zoonoses, destacando-se as encefalites eqüinas leste, oeste e venezuelana, a raiva e a febre do Nilo Ocidental.

As doenças nestes animais, de forma geral, têm aumentado, principalmente em função do seu intenso trânsito, tornando fundamental que os municípios implantem programas de vigilância, prevenção e controle das zoonoses que envolvem os eqüídeos. Com frequência, observam-se casos de abusos e maus-tratos aos animais provocados pelo manejo inadequado ou condições dos veículos e forma de condução impróprias.

É competência legal dos municípios brasileiros o controle de animais em sua área de circunscrição, por

meio de atividades programáticas, como é o caso de registro, captura ou apreensão e eliminação de animais que representem riscos à saúde humana, de acordo com a Portaria GM nº 1.172¹. Esta responsabilidade, no tocante ao recolhimento de eqüinos soltos em vias públicas, manutenção e destinação dos animais e fiscalização em situações de maus-tratos, recai, nos municípios, sobre os órgãos executores de controle de zoonoses, geralmente vinculados às Secretarias Municipais de Saúde ou, em algumas localidades, serviços ligados à Secretaria de Agricultura ou do Meio Ambiente.

A implantação de um programa de vigilância de zoonoses e manejo de eqüídeos, além da alocação de recursos materiais e humanos, exige planejamento que englobe questões como: atendimento de urgência e emergência de animais em vias públicas, recolhimento, previsão de instalações para guarda e manejo de eqüinos, definição de protocolos para manutenção ou recuperação da saúde dos animais alojados, destinação adequada, capacitação dos profissionais envolvidos e legislação específica sobre o assunto, incluindo posse, guarda ou propriedade responsável, criação e comercialização de eqüinos e controle de zoonoses nos municípios do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, a Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CCD/SES-SP) realizou no período de 6 a 9 de novembro de 2007, o workshop "Manejo de Eqüídeos e Vigilância de Zoonoses", reunindo profissionais e especialistas para a elaboração de diretrizes voltadas ao Programa de Vigilância de Zoonoses e Manejo de Eqüídeos nos serviços municipais de controle de zoonoses ou controle animal do Estado.

O teor do programa será publicado em módulos, a partir desta edição, como referência técnica e instrumento de apoio para a implementação de políticas públicas considerando a saúde humana e animal, o meio ambiente e o bem-estar dos eqüídeos.

Os termos “cavalos” e “eqüinos” serão muitas vezes utilizados na publicação de forma genérica para todos os eqüídeos, concordando que este grupo contempla os cavalos, os asininos ou jumentos e os muares.

Entendendo os cavalos

Histórico

Desde a época em que o ser humano dependia da caça como principal fonte de alimento, o cavalo já exercia uma forte atração sobre ele. À medida que os eqüinos passaram de alvo da caça para animal de carga, tração e montaria, começaram a beneficiar o ser humano, com otimização da caça, melhora no transporte de cargas e redução de tempo para deslocamentos, possibilitando, assim, o investimento no desenvolvimento da arte e da cultura humanas². Desde os mais longínquos tempos, cavalos e jumentos vêm servindo ao ser humano.

A domesticação dos eqüinos ocorreu aproximadamente 3 mil anos após a dos ovinos, caprinos, suínos, bovinos e caninos. Ocorreu na Ásia e na Europa, sendo considerado um fator de extrema importância no desenvolvimento de civilizações milenares daqueles continentes. Desde o início da relação com os seres humanos esses animais foram utilizados em guerras, torneios aristocráticos e desfiles de ostentação social, e são mantidos, até hoje, como meio de transporte. Muitas vezes carregam excesso de carga, puxam charretes de grandes dimensões e peso, em decorrência do número de pessoas transportadas e colaboram na sobrevivência de muitas famílias que dependem deles para o transporte de materiais inservíveis em carroças, entre outros fins, servindo, ainda, de divertimento em diferentes espetáculos como circos, rodeios, corridas, lutas, saltos e pólo.

Os cavalos contribuem com o bem-estar humano, sendo utilizados em diversas atividades como a prática de esportes, lazer, terapias mediadas por animais e, até, como simples objeto de status.

Biologia

O grupo dos eqüídeos contempla os cavalos (*Equus caballus*), os asininos ou jumentos (*Equus asinus*) e os muares. Estes são híbridos, cruzamento

de jumento com égua, originando a mula (fêmea) ou burro (macho) ou, ainda, cruzamentos de garanhão com jumenta, originando o bardoto. São animais sociáveis e de vida livre. Os eqüídeos em liberdade pastam praticamente durante dois terços do dia (16 horas), ocupam-se com brincadeiras por cerca de quatro horas, sendo o restante do tempo preenchido com repouso.

A altura dos animais varia, na maioria das raças, entre 1,40m e 1,70m, medido na cernelha (parte mais alta do dorso, logo após a inserção do pescoço). Internacionalmente, todo cavalo abaixo de 1,47m é considerado um pônei. A maioria das raças de trabalho no campo e de passeio tem uma altura que oscila entre 1,50m e 1,55m. Um cavalo de 1,50m saudável pesa aproximadamente 400 quilos, podendo exceder um pouco este valor nas raças muito musculosas, como o quarto-de-milha.

Estes animais podem apresentar uma grande variação de cor e sinais de pelagem, existindo um vocabulário especializado para descrevê-los. Algumas pelagens mais comuns são:

- Alazão – “Ruivo”, marrom-claro ou avermelhado, com extremidades (crina, cauda e pernas) da mesma cor do corpo.
- Castanho – Marrom de várias tonalidades, mas sempre com extremidades negras.
- Tordilho – Nasce escuro e vai embranquecendo ao longo dos anos.
- Pampa – Alazão, castanho ou tordilho, com manchas brancas distribuídas por todo o corpo.

O período de gestação é de 11 meses na égua e 12 meses na jumenta, com o nascimento geralmente de um animal. Partos gemelares podem ocorrer, porém não são comuns. O aleitamento materno dura, em média, 6 a 8 meses.

A puberdade ocorre por volta de um ano de vida, sendo que os animais não devem ser utilizados na reprodução antes dos 24 meses. Com 5 anos, quando da troca completa da dentição decídua pela permanente, atingem a maturidade fisiológica. O início da senilidade é variável, mas em geral ocorre por volta dos 18 anos. Dependendo da raça, manejo e ambiente, o cavalo tem uma expectativa de vida de 23 a 30 anos.

A população estimada de eqüinos no Brasil é de 6 milhões de cabeças, das quais 500 mil são “consumidoras” de ração, medicamentos, manejo intensivo. Os demais são cavalos de trabalho, principalmente

nas grandes fazendas de pecuária. Não há dados disponíveis sobre a população de cavalos de trabalho nas cidades ou periferias.

Para que o manejo de cavalos seja desenvolvido com segurança e eficiência é de fundamental importância que os profissionais que atuam nessa área possam compreender melhor esses animais. Se “gostar de cavalos” é um pré-requisito desejável, a motivação é indispensável, o que depende, entre outros fatores, de se desenvolver certa empatia com eles.

O trabalho do profissional que atua na área de saúde coletiva envolve conscientização da população, que se dá também por meio de atitudes adequadas, exemplos corretos que são dados ao se manejar os cavalos com conhecimento, técnica e sensibilidade. Não é a toa que, no linguajar popular, “ignorância” seja sinônimo de “violência”, cujo antídoto está no conhecimento: “a violência começa onde o conhecimento termina”. É aconselhável eliminar os termos comumente utilizados, tais como “bruto como um cavalo”, “cavalão”, “dando coices pra todo lado” etc.

Entender que os cavalos são criaturas delicadas, sensíveis e medrosas já é um progresso. Nem se trata de “sentir carinho” pelo cavalo; o manejo correto dos animais é mais do que justificado pelo fato de que um animal de 400 quilos, quando sente pânico e dor, representa risco de vida para todos à sua volta. Mantê-lo calmo e confiante é vantagem para todos os envolvidos. Para tanto, o estudo e a compreensão da psique dos eqüídeos são instrumentos fundamentais.

O que um cavalo precisa?

No Brasil vivem cerca de 6 milhões de cavalos. À primeira vista, os “cavalos de luxo” das hípicas e dos “jockeys clubs” parecem os mais afortunados. No entanto, as suas condições de vida podem ser as mais afastadas das necessidades e do comportamento natural da espécie, e algumas doenças destes eqüinos refletem isto. De cólicas fatais a claudicações incapacitantes, incluindo neuroses de toda espécie, as doenças típicas dos cavalos confinados demonstram que maus-tratos causados por seres humanos podem assumir formas bem mais sutis do que submeter os animais a surras e privações. Há que se evitar a visão antropocêntrica de que o luxo, porém com enclausuramento, confere bem-estar a esses animais.

A evolução da espécie humana traz aos seres humanos o desejo de “cavernas aconchegantes”, alimento rico em refeições regulares e a possibilidade do ócio criativo. Já os eqüídeos evoluíram para

to caminham, por até 20 horas diárias. Como têm estômago pequeno, precisam se alimentar aos poucos; desta forma, estão sempre pastando.

Oito horas seguidas de sono são, para eles, uma impossibilidade fisiológica. Espaço fechado é claustrofóbico, pois sua sobrevivência está diretamente relacionada à rapidez de seus reflexos e sua velocidade de fuga. Para um cavalo, o isolamento de outros animais, em especial os da própria espécie, representa risco de vida, pois durante 60 milhões de anos o eqüídeo solitário foi uma presa preferencial dos predadores. Espaços abertos, a busca por alimento, outros eqüinos por perto, é o que se deve oferecer aos cavalos para proporcionar-lhes saúde e bem-estar físico e psicológico.

Explorar de maneira violenta a força de trabalho de um eqüídeo, principalmente quando magro e doente, é cruel, mas também confinar em uma cocheira um cavalo obeso e ao mesmo tempo fornecer-lhe quantidade excessiva de cubos de açúcar, por exemplo, ou colocar-lhe um cabresto importado e exclamar “eu amo meu cavalo!” é também uma crueldade, por não ser percebida como tal pelos leigos da matéria.

Ao profissional que atua no manejo de cavalos cumpre desenvolver empatia com a “forma eqüídea” de ver o mundo e atuar de acordo com ela, para conseguir mudanças na atitude das pessoas responsáveis por cavalos. Por isso, conhecimento básico de comportamento e das necessidades destes animais é fundamental para que desenvolva suas atividades de forma adequada.

Características da mente dos eqüinos

- a) Todo cavalo busca **conforto e segurança**. Além de movimento, pastejo, companhia, isto significa “alívio de pressão”. Por exemplo, quando se segura um cavalo no cabresto, deve-se parar de puxar o cabo assim que o cavalo se sujeitar e ficar imóvel, ensinando-lhe assim que a obediência significa conforto (ausência de tração no cabo). Quando se continua a puxar o cabo depois que o cavalo está imóvel, a obediência provoca desconforto. Isto será o gatilho do mecanismo de “fuga ou luta”, desencadeado pela mensagem incorreta enviada ao animal.
- b) **Fuga ou luta** – A primeira reação de um cavalo frente ao perigo é fugir. O instinto de luta é acionado apenas quando a fuga é impossível.

O cavalo que vai para o confronto já está estressado. Segurança para os cavalos significa amplos espaços abertos, enquanto o confinamento em cocheiras, trailer ou cordas representa para eles um perigo de vida. É possível não condicionar este comportamento instintivo do animal por meio de um trabalho calmo e progressivo.

- c) A **resposta condicionada** é muito forte nos cavalos e é ela quem possibilita a utilização dos cavalos para os fins que o ser humano determina. Os eqüídeos não questionam situações e a domesticação limitou seus instintos de preservação. Um exemplo fácil de entender é o “cabresto de barbante”. Um cavalo domesticado aprendeu que deve se sujeitar à contenção por cordas, cabrestos etc.; isto é uma resposta condicionada. O cavalo não raciocina que um cabresto feito de barbante fino não representaria nenhum empecilho físico para a sua liberdade, uma vez que poderia rompê-lo com pouquíssimo esforço. Um cavalo bem domado pode morrer de fome e sede se for abandonado à própria sorte contido por um “cabresto de barbante”, atado em um palanque. Pelo condicionamento mental a que foi submetido, o cavalo entenderá que “esta corda significa que não posso me mexer”. O ser humano é sempre o responsável pelo bem-estar dos animais domesticados.
- d) Na sociedade eqüídea, existem **apenas indivíduos superiores e inferiores** do ponto de vista hierárquico. Quem não se afirma como superior está declarando sua condição de inferior. Numa manada, ter um líder fraco torna o grupo vulnerável ao ataque de predadores. Na domesticação, o cavalo aprende a aceitar o homem como hierarquicamente superior. Uma liderança humana fraca, seja por características pessoais do “líder humano” ou por desconhecimento que ele tenha destes fatos, causará estresse entre os cavalos. Os cavalos de personalidade mais dominante disputarão a liderança com a pessoa, às vezes sem que ela entenda o que está acontecendo. Um exemplo é a pessoa circulando em volta de um cavalo imóvel, tentando capturá-lo. Desta maneira, a pessoa está se declarando hierarquicamente inferior ao cavalo, que poderá disputar a liderança.
- e) Os cavalos têm **memória associativa** muito ativa, que é a base de seu mecanismo de

aprendizado. A associação ação/reação precisa ser imediata. Se for necessário repreender um cavalo por um erro, é importante que isto ocorra no instante em que o problema aconteceu. Também um elogio por bom comportamento tem de ser imediato – e o melhor “elogio” é o alívio de pressão no cabo do cabresto mencionado anteriormente. Por exemplo, “acalmar” e agradar o cavalo que se recusa a subir no trailer pode ensinar ao animal que empacar na rampa é a atitude que se espera dele. Por outro lado, bater no cavalo que acabou de dar um passo rampa acima, “para que ele suba logo”, é entendido pelo cavalo como “apanhei porque dei um passo” e isso pode fazer com que a atitude do animal mude imediatamente e ele pare. O correto é repreender o cavalo imóvel e elogiá-lo assim que ele der um mínimo que seja da resposta desejada.

- f) Um cavalo tem **três razões básicas** para não fazer aquilo que dele se espera:
- **Não conseguir** – Quase sempre uma razão física. Por exemplo, estar fraco demais para escalar um barranco.
 - **Não entender** – Quase sempre relacionada a deficiências técnicas, ou seja, treinamento insuficiente. No exemplo anterior, um potro pode ter força física para escalar o barranco, mas não aprendeu ainda que a tração no cabresto (ou o comando de pernas, no caso de um animal montado) sinaliza a ordem para subir no barranco.
 - **Não querer** – De origem emocional, é a mais complicada de corrigir. É o caso dos cavalos com neuroses, agressivos, em pânico etc. O cavalo teria condições físicas de subir no barranco, entende o que se pede, mas não quer fazê-lo. A correção não passa por soluções físicas (ração, medicamentos) nem técnicas (doma e treinamento), e sim pelas emocionais (motivação). Estas soluções são aprendidas no convívio cotidiano com cavalos.

A socialização dos potros

Os distúrbios de comportamento em eqüídeos são fontes de perdas tanto materiais como emocionais, e um fator de risco para os seres humanos. O manejo tradicional da égua e do potro aumenta as possibilidades de aparecimento destes distúrbios. Nele, nos primeiros anos de vida, o potro é criado em

liberdade, sem contato mais estreito com o ser humano e com as situações que irá enfrentar na sua vida adulta³.

Após o nascimento, da 2ª à 12ª semana de vida, o período da socialização primária é essencial para o desenvolvimento comportamental eqüino, pois é nele que o cavalo estabelece laços sociais com membros de sua própria espécie e de outras⁴.

A socialização é o processo pelo qual o animal aprende o comportamento social adequado. Por meio das brincadeiras e jogos e das interações com outros seres vivos, o potro aprende as habilidades necessárias, tais como a inibição das mordidas e coices. Para o desenvolvimento de relações sociais apropriadas ao mundo dos seres humanos, nesta fase o potro deve interagir não só com o grupo e com a mãe, mas também com outros animais, com humanos e com situações que para um cavalo não-condicionado parecem perigosas (baia, barulho, embarque etc.).

Durante este período, o uso de estímulos apropriados pode diminuir traumas, estereotípias e outros problemas comportamentais comuns^{5,6,7,8}.

Comportamento social eqüideo

Os comportamentos sociais começam no nascimento e se tornam mais elaborados à medida que o potro cresce. A hierarquia social já está estabelecida com 15 semanas de idade na maioria dos potros, podendo permanecer estável por vários anos, com pequenas flutuações devidas à raça ou ao ciclo reprodutivo. Por isso, ações que visem modificar a hierarquia social devem ser iniciadas antes das 15 semanas de vida^{2,8}.

Na vida em grupo natural os eqüideos têm um líder que impõe regras de conduta, evitando desperdício de energia em confrontos. O líder determina graduações na hierarquia por sinais e atitudes; lutas só acontecem em último caso, em geral pela disputa da liderança. A vantagem evolucionária deste tipo de organização advém do fato de que quando os animais brigam, machucam-se; e qualquer membro debilitado diminui as chances de sobrevivência do grupo^{3,8}.

O tempo todo, os animais recebem e passam informações uns aos outros a respeito de quem é o líder e de quem é subordinado. Desde potros, brincam de disputar a liderança entre si. É assim que aprendem a controlar a força de suas mordidas e

coices, a se comportar e a se relacionar. Quando um potro é separado da mãe ou isolado muito cedo, ocorrem dificuldades no convívio social com outros cavalos e também com o ser humano^{9,2}.

Entender como funciona a linguagem eqüidea proporciona uma compreensão fundamental sobre os animais, o que amplia a percepção de como eles de-vem ser educados e treinados. Assim, percebem-se os erros mais comuns no treinamento de cavalos: não assumir a liderança ou, até sem querer, sinalizar para o animal a informação de que ele é o líder do grupo. Com o conhecimento do desenvolvimento comportamental eqüideo há mais chances de evitar a antropomorfização^{7,8}.

Períodos do desenvolvimento eqüideo

- a) **Período neonatal** – Abrange desde o parto até aproximadamente duas horas de vida ou até completar a primeira mamada. O comportamento da mãe nesse período é mais intenso, para facilitar o *imprinting*^{*10} e a formação do vínculo com o potro^{11,3}. O vínculo formado entre mãe e filhote serve para reconhecimento e proteção da espécie. Para que o período neonatal se complete, o potro tem de se recompor no chão, levantar e estabilizar-se nas quatro patas, movimentar-se (andar), estabelecer vínculo com a mãe, procurar a teta e mamar^{11,3}.
- b) **Período de transição** – Dura em média duas semanas. As mamadas têm duração de aproximadamente um minuto, o intervalo entre elas é de 15 minutos, sendo interrompidas pela mãe. O potro reconhece a mãe por meio do olfato. Nesse período, ocorre o maior desenvolvimento sensorial, no qual o potro aprende estratégias de comportamento por meio das reações da mãe (exemplo: fuga). Ocorre também a toailete mútua (toailete social) entre mãe e filhote. A vivência de experiências boas nesse período é fundamental^{3,4}.
- c) **Período de socialização primária** – Da 2ª até a 12ª semana de vida. Com respeito às relações sociais, é o período mais importante na vida do potro.
 - **Interação com a mãe:** a capacidade de reconhecer a mãe deixa de ser somente pelo odor, evoluindo para distinção de cor da pelagem e também pela voz da égua ao chamar o potro.

*O etólogo alemão Konrad Lorenz popularizou o imprinting filial, o processo pelo qual um animal recém-nascido aprende a reconhecer as características únicas de um dos pais, geralmente da mãe. Esse fenômeno foi batizado de imprinting pelo mentor de Lorenz, Oskar Heinroth, que acreditava que o estímulo sensorial com que os animais recém-nascidos se deparavam ficava imediata e irreversivelmente "estampado" (em inglês, imprinted) em seus cérebros. Lorenz demonstrou a idéia com seus famosos gansinhos, que passaram as primeiras horas de suas vidas com ele e conseqüentemente o seguiam por toda a parte. Mesmo adultos, os gansos preferiam a companhia das pessoas à das aves¹⁰.

- O potro começa a interagir com outros membros do grupo, tomando a iniciativa de ir ao encontro dos demais. Apresenta comportamento de ranger os dentes e carícias mútuas. É quando ocorre a “mímica de submissão”, movimentos de abrir e fechar a boca. Além disso, as habilidades motoras amadurecem, o sistema nervoso se aproxima dos padrões adultos e tem início o aprendizado estável.
- A coprofagia nesse período é considerada normal. O potro ingere pequenas quantidades de fezes de sua mãe, estimulado por um feromônio presente nas mesmas. Assim, ele recebe vitaminas e minerais que podem estar faltando em sua dieta, além de aprenderem a pastar seletivamente. Este comportamento é visto com mais frequência nas primeiras semanas de vida e pode persistir até 5 ou 6 semanas de idade^{3,4,11}.
- **Jogos:** neste período, as brincadeiras com outros potros são fundamentais para o aprendizado do comportamento social. Quando os potros machos estão juntos são briguentos e ensaiam confrontos: empinam para dar manotadas, tentam morder o pescoço do companheiro, ajoelham-se e agarram-se aos posteriores, perseguem mordiscando a garupa do outro. As fêmeas (potrancas) não são tão briguentas quanto os machos, utilizando mais os posteriores, ensaiando coices, saltos; aproximam-se, recuam e perseguem^{12,4,9}.
- **Relação com outras espécies:** a partir de 3 a 5 semanas de idade, os potros abordam ativamente pessoas e objetos estranhos. Imediatamente depois disso, começam a evitar estranhos, comportamento que atinge um pico entre 12 e 14 semanas de idade. A esquiva pro-gressiva ajuda a proteger o animal de predadores, mas pode interferir no estabelecimento de relações normais com seres humanos^{4,7,8}.
- **Isolamento e traumas:** os potros que ficaram isolados de seres humanos até 14 semanas de idade podem apresentar desconforto permanente na presença de pessoas, evitando interações e agindo medrosamente. Experiências emocionais fortes, tal como a separação da mãe ou do grupo, podem levar a sérios traumas. Estes episódios podem levar à perda do processo de socialização^{13,4,7,8}.

- d) **Período juvenil** – Vai da 12^a semana de vida à maturidade sexual. Os comportamentos adquiridos durante a socialização primária precisam de reforço durante este período. A exploração ambiental aumenta durante o período juvenil e se o animal não tiver sido criado entre pessoas, manifestará atitudes de esquiva frente a elas. A capacidade de aprendizado básica está bem desenvolvida e a velocidade do aprendizado condicional começa a diminuir^{4,8}.
- e) **Período adulto** – A idade adulta começa na puberdade^{3,4}.

Problemas comportamentais

Se o convívio do cavalo com o ser humano trouxe tantos benefícios a este, para o animal esta relação não foi tão vantajosa assim. Para estar sempre à disposição de uso para o ser humano, os cavalos são submetidos a estresse e sofrimento que podem gerar mudanças em seu comportamento natural, ocasionando desde alterações psicológicas até problemas de saúde³. Todos estes problemas têm duas causas básicas: comunicação deficiente entre ser humano e cavalo e manutenção dos animais em ambiente inadequado.

a) Comunicação deficiente

Refere-se ao poder de convencimento que o homem exerce sobre o cavalo em fazer com que o animal lhe obedeça no momento certo e da maneira correta.

O tempo todo é necessário se comunicar com os cavalos, desde a primeira tentativa de aproximação até os exercícios e ordens específicas, tais como subir em um trailer, saltar um obstáculo, cercar um novilho, puxar uma carroça etc. Isso pode se tornar um problema quando a comunicação interespecies deixa de levar em conta que o ser humano tem predominantemente uma linguagem verbal e o cavalo, uma linguagem corporal. Para os cavalos, as atitudes e a postura corporal valem muito mais que palavras e sons^{3,4}.

Uma das características mais importantes de um treinador ou domador está na sua capacidade de se comunicar com o animal. O ideal é que esta comunicação seja clara, simples e eficiente, conquistando a confiança do cavalo e criando um mecanismo motivacional para a realização das tarefas. A utilização de argumentos violentos, que podem vir a “quebrar” a integridade física e mental do cavalo, é

ultrapassada e errada, além de também constituir risco de vida para a pessoa que emprega esta violência.

Animal medroso, agressivo, que desrespeita o espaço humano, que empina, que não se deixa ser pego, que não vira e não pára com eficiência são alguns exemplos dessa falta de comunicação entre o homem e o cavalo. Quanto mais se conhece a linguagem equina, melhores resultados serão obtidos e menos traumas serão causados.

b) Ambiente inadequado

A segunda causa está relacionada ao ambiente em que se colocam os cavalos para viver. Na natureza estes são animais de vida livre, que têm hábito alimentar contínuo e constante e vivem sempre em contato com os seus^{2,3}.

Isso significa que o modo tradicional de mantê-los em cativeiro está equivocado, pois a maioria das instalações existentes confina os animais em baias individuais com pouco espaço físico. São quase sempre alimentados com excesso de concentrado (ração) e falta de volumoso (gramíneas), e sem um esquema de atividades, exercícios e trabalho adequados que possam suprir sua necessidade de locomoção, típica do cavalo.

O bem-estar dos animais está relacionado à disponibilidade de recursos ambientais que permitam ao animal realizar seu comportamento natural espécie-específico¹⁴.

Vícios de comportamento

Diante de tantas alterações em seu ambiente, os cavalos acabam modificando o seu comportamento. As estereotipias, também denominadas de “vícios de cocheira”, comparáveis ao transtorno obsessivo compulsivo (TOC) humano¹⁵, são claras manifestações de desconforto por parte dos animais.

Nos corredores de algumas hípicas é bastante comum ver cavalos comendo madeira, oscilando de um lado para outro, comendo suas próprias fezes (coprofagia), engolindo ar (aerofagia), tudo isso de maneira involuntária e sem um objetivo aparente. Na verdade, estes distúrbios não acontecem à revelia, passam por um processo evolutivo denominado emancipação da estereotipia, no qual o animal inicia estes comportamentos em

função de um ou vários fatores estressantes. As estereotipias continuam presentes mesmo quando os fatores estressantes originais são removidos ou atenuados³.

É importante lembrar que estes movimentos e comportamentos são tentativas de adaptação ao meio que lhe foi imposto, pois o animal tenta fazer dentro da baia o que faz na natureza, adaptando seu comportamento diante de necessidades biológicas importantes (movimentação, alimentação constante etc.).

Um erro bastante comum é tentar inibir as estereotipias com uso de focinheiras, peias para impedir o animal de oscilar, coleiras para evitar a aerofagia etc. Desta maneira, apenas o sintoma do problema é impedido de se manifestar, porém a motivação para realizá-los continua, uma vez que nada no ambiente foi modificado para melhorar o bem-estar do cavalo.

Estudo recente aponta um índice de mais de 40% dos animais criados em sistema intensivo apresentando distúrbios comportamentais. Relatou-se, também, que equinos com problemas comportamentais têm 4,8 vezes mais chances de apresentar episódios de cólica¹⁶.

Para tentar amenizar os problemas já existentes e impedir que novos ocorram, deve-se evitar o estresse ambiental oferecendo um entorno apropriado e propiciando espaço compatível para expressão de comportamentos naturais (deitar, levantar, andar, pastejar) e instalações que promovam ou facilitem o enriquecimento ambiental.

Segundo Paloma Lucin Bosso¹⁴, o enriquecimento ambiental é o “*processo em que um ambiente mais complexo e interativo é criado para melhorar a qualidade de vida dos animais mantidos em cativeiro, permitindo que assim eles possam apresentar comportamentos mais naturais de sua espécie. Na prática, o enriquecimento ambiental consiste na introdução de variedades criativas nos recintos, a fim de contribuir com o bem-estar dos animais cativos*”.

O enriquecimento ambiental é um processo dinâmico que resulta da integração de táticas que ofereçam condições próximas ao ambiente natural. Visa gerar estímulos que motivem a expressão de comportamentos e atividades próprias da espécie, tendo como resultado a sensação de conforto e permitindo, tanto quanto possível, que cavalos possam ter cada vez mais vida de cavalo.

Este texto foi elaborado a partir do workshop "Manejo de Eqüídeos e Vigilância de Zoonoses", realizado pela Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CCD/SES-SP), no período de 6 a 9 de novembro de 2007.

Coordenação Técnica

Luciana Hardt Gomes
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Adriana Maria Lopes Vieira
Prefeitura de São Paulo
Ivanete Kotait
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Vania de Fátima Plaza Nunes
Prefeitura de Jundiaí

Grupo 1. Recolhimento de Eqüídeos

Claúdia Martins Serra
Projeto Potro
Graciela Naibert Giurni
CRMV Rio Grande do Sul
José Januário das Neves Martins
Prefeitura de Ribeirão Preto
Karime Cury Scarpelli
Prefeitura de Taubaté
Sonia Maria Sodr e Cardoso
Prefeitura de São Paulo
Vania de Fátima Plaza Nunes
Prefeitura de Jundiaí
Vinicius Suehiro Tsutsui
Prefeitura de São Paulo
Wesley de Matos Pereira
Prefeitura da Estância de São Roque

Grupo 2. Guarda de Eqüídeos em Unidade Municipal e Destinação de Eqüídeos pelo Serviço Municipal

Cintia Fonseca
Projeto Anjo dos Cavalos, apoiado pela ONG
Quintal de São Francisco e Sozed/SP

Cristiano Menandro
Projeto Potro
Eduardo Rodrigues Oliveira
Prefeitura de Guarulhos
Luis Renato Oseliero
Prefeitura de São Paulo
Maria Cristina Novo de Campos Mendes
Prefeitura de São Paulo
Maximo Machado Lourenço
Prefeituras de Boituva e Tatuí
Renata Grotta D'Agostino
Prefeitura de São Carlos
Rodrigo Cruz
Jockey Club de São Paulo

Grupo 3. Principais Zoonoses de Eqüídeos e Vigilância Epidemiológica em Unidade Municipal

Francisco Anilton Alves Araújo
Secretaria de Vigilância em Saúde/
Ministério da Saúde
Fumio Ito
Universidade de São Paulo
Ivanete Kotait
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
João José de Freitas Ferrari
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo
Maria Conceição A. Macedo Souza
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo
Maria Luiza Carrieri
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Nilton Fidalgo Peres
Secretaria de Agricultura e Abastecimento do
Estado de São Paulo
Vera Lucia N. Gonçalves
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
do Estado de São Paulo

Agradecimentos

A Vania de Fátima Plaza Nunes, Prefeitura de Jundiaí, Adriana Maria Lopes Vieira, Prefeitura de São Paulo, Luciana Hardt Gomes, da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CCD/SES-SP), e Ivanete Kotait, Instituto Pasteur (IP/CCD/SES-SP), pela revisão técnica do texto.

Referências bibliográficas

1. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 1.172/2004. Regulamenta a NOB SUS 01/96 no que se refere às competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde, define a sistemática de financiamento e dá outras providências. De 15 de junho de 2004. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-1172.htm>.
2. Pessoa FN, Prado CC do. Larousse dos Cavalos. Larousse do Brasil: São Paulo; 2006, p. 288.
3. Mills D, Nankervis K. Comportamento Equino. Roca: São Paulo; 2005, p. 213.
4. McGreevy P. Equine Behavior. Saunders: London; 2004, o. 369.
5. Bateson P, Martin P. Measuring Behaviour. 2ª ed. Cambridge University Press; 1993, p. 222.
6. Elias N. A Sociedade dos Indivíduos. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro; 1994.
7. Miller RM. Imprint Training – Of the Newborn Foal. 2ª ed. Western Horseman Publishing; 1991.
8. Overall KL. Clinical Behavioral Medicine for Small Animals. Mosby Inc: Missouri; 1997, p. 544.
9. McDonnell MS. Equid Play Ethogram. Applied Animal Behaviour Science. 2002;v. 78:263-90.
10. Cérebro e Mente – Brasil. Learning Who is Your Mother (The Behavior of Imprinting). Disponível em: <http://www.cerebromente.org.br/n14/experimento/orenz/index-lorenz.html>. [Acesso em 27 abr 2008].
11. Paranhos da Costa MJR, Cromberg VU, Andriolo A. O bezerro, a mãe e as outras vacas: estudando os cuidados maternos e alo-maternos em ruminantes domésticos. 14ª Encontro de Etologia; 1996; Uberlândia, MG. Anais de Etologia. São Paulo: Sociedade Brasileira de Etologia; 1996, p. 159-71.
12. Fagen R. Animal Play Behavior. Journal of American Veterinary Medical Association. 1981;187(5):416-19.
13. Scott JP. Critical periods in behavioral development. Journal of American Veterinary Medical Association. 1962;138(3): 248-55.
14. Bosso PL. Enriquecimento Ambiental. Programa de Enriquecimento Comportamental Animal do Zoológico de São Paulo. Disponível em: <http://www.zoologico.sp.gov.br/peca.htm> [2006 set 16].
15. Ballone GJ. *Transtorno Obsessivo-Compulsivo*. In: PsiqWeb Internet. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/>, revisto em 2005.
16. Leal BB, Faleiros RR, Alves GES, Viana WM, Goloubeff B, Jones DN, Santos LMG. Correlação positiva entre ocorrências de comportamentos anormais e incidência de cólica em equinos de cavalaria da Polícia Militar de Minas Gerais. III Simpósio Internacional do Cavalo Atleta; 2007. Belo Horizonte: UFMG.

Correspondência/Correspondence to:

Claudia Leschonski
Rua Salvador Gonzales Rodrigues, 480
Jardim Casa Nova – Capela do Alto – São Paulo/SP – Brasil
CEP: 18195-000
Tel.: 55 15 3267-6199
e-mail: leschonski@terra.com.br

Quantificação de *Salmonella* spp. e avaliação dos dizeres de rotulagem de carcaças de frango congeladas comercializadas no Estado de São Paulo

Quantification of *Salmonella* spp. and evaluation of label information of frozen chicken carcasses on retail sale in the State of São Paulo

Christiane A. Ristori¹, Alzira M. Morato Bergamini², Ruth E. Gravato Rowlands¹, Giselle Ibette S. L. Lopes¹, Ana Maria R. de Paula¹, Maria Aparecida de Oliveira², Eliana G. Abeid Ribeiro², Jussara C. de M. Della Torre¹, Sonia P. T. Prado², Júlia T. U. Yoshida¹, Regina S. M. Rodrigues¹, Omara G. Taha³, Deise Aparecida P. Marsiglia¹, Miyoko Jakabi¹

¹Instituto Adolfo Lutz – Laboratório Central. Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (IAL/CCD/SES-SP)

²Instituto Adolfo Lutz – Laboratório Regional Ribeirão Preto (IAL/CCD/SES-SP)

³Grupo de Vigilância Sanitária do Departamento Regional de Saúde de Ribeirão Preto (GVS/DRS XIII/CCD/SES-SP)

Resumo

Mundialmente, não existem medidas efetivas de controle na produção primária que possam garantir a eliminação da *Salmonella* em carnes de aves cruas, sendo estes produtos os principais veiculadores do patógeno ao homem. Devido às limitações tecnológicas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) excluiu a obrigatoriedade da pesquisa de *Salmonella* em carnes *in natura* de aves e instituiu a Resolução RDC nº 13, de 2/1/01, que faz referência à exigência de dizeres na rotulagem, visando a instruir o consumidor sobre o uso, o preparo e a conservação adequada destes produtos. Os objetivos do trabalho foram avaliar a presença e quantificação de *Salmonella* spp. e avaliar os dizeres de rotulagem de carcaças congeladas de frango comercializadas no Estado de São Paulo, no período de setembro/2004 a junho/2006. Foram analisados 72 lotes, totalizando 360 unidades amostrais, de 26 diferentes marcas. A presença de *Salmonella* foi verificada em 13,9% das amostras e a quantificação variou de <math><0,03</math> a

Palavras-chaves: *Salmonella* spp.; quantificação; carcaça de frango; dizeres de rotulagem.

Abstract

Poultry is the main via of transmission of *Salmonella* for humans. However, there are no worldwide efficient control measures on primary production to guarantee elimination of this pathogen from raw poultry. Due to technological limitations, National Health Surveillance Agency exempted the obligation of surveys for *Salmonella* in raw chicken and established the Resolution RDC no. 13 of 2001/01/02. This resolution refers to the requirement of specific words on the label in order to instruct the consumer about the use, preparation and appropriate storage of these products. The objectives of this work were to evaluate the presence and quantification of *Salmonella* spp., and to assess the words on the labeling of frozen raw poultry on retail sale in the State of São Paulo between September/2004 and June/2006. Seventy-two lots totaling 360 sampling units of 26 different brands were evaluated. The presence of *Salmonella* was verified in 13.9% of the

samples and the numbers varied from 0.03 to 2.3×10^3 MPN/g. These results emphasize the importance of enforcement of the RDC no. 13/01 to prevent the occurrence of the outbreaks associated to this pathogen. As for the labeling, 60% of the samples were in disagreement with the Resolution and 79%, with the Normative Instruction no. 22/05, law no 10.674/03 and Government Directive no 1004/98, confirming the need of the adequacy of the words on the label of these products to protect the health of consumers.

Key words: *Salmonella* spp.; quantification; poultry carcass; labeling information.

Introdução

A carne de frango é uma das mais populares no Brasil, devido ao aumento da produtividade e à diminuição do custo, sendo o frango inteiro o mais consumido. Mundialmente, não existem medidas efetivas de controle na produção primária que possam garantir a eliminação da *Salmonella* em carnes de aves cruas, sendo estes produtos um dos principais veiculadores do patógeno ao homem, por preparo inadequado ou contaminação cruzada com outros alimentos.

Devido às limitações tecnológicas que impossibilitam garantir a ausência deste microrganismo no produto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) do Ministério da Saúde (MS) excluiu a obrigatoriedade da pesquisa de *Salmonella* em carnes *in natura* de aves, por meio da Resolução RDC nº 12/2001¹, instituindo pela Resolução RDC nº 13/2001² a exigência de dizeres na rotulagem, visando a instruir o consumidor sobre o uso, o preparo e a conservação adequada destes produtos. Assim como a RDC nº 13/2001, a Instrução Normativa nº 22/2005³, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Lei nº 10.674/2003⁴ são instrumentos legais que, atualmente, definem as exigências que podem garantir informações sobre o produto, tornando-se um importante elo entre empresa e consumidor.

Com base nos dados apresentados acima, em 2004 foi implementado pela Anvisa o Programa Nacional de Monitoramento da Prevalência e da Resistência Bacteriana em Frangos (PREBAF), em parceria com o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), Instituto Adolfo Lutz (IAL) – da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CCD/SES-SP) –, órgãos de

vigilância sanitária (VISA) e Laboratórios Oficiais de Saúde Pública (LACEN). Este programa teve como objetivos: avaliar a prevalência e quantificação de *Salmonella* spp.; avaliar a prevalência de *Enterococcus* sp; avaliar o perfil de sensibilidade a antimicrobianos das cepas de *Salmonella* spp. e *Enterococcus* sp; e verificar a adequação dos dizeres de rotulagem, enfocando a Resolução RDC nº 13/2001, da Anvisa/MS, em carcaças congeladas de frango coletadas no comércio varejista.

No presente trabalho apresentamos os dados do PREBAF quanto à prevalência e quantificação de *Salmonella* spp. e conformidade dos dizeres de rotulagem das embalagens de carcaças de frango congeladas do comércio varejista do Estado de São Paulo.

Material e métodos

Foram analisadas 72 amostras de 26 marcas diferentes comercializadas no Estado de São Paulo e produzidas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás e no Distrito Federal, no período de setembro de 2004 a junho de 2006. Cada amostra era constituída por cinco unidades de carcaças de frango congeladas, do mesmo lote e marca, totalizando 360 unidades amostrais.

Pesquisa e quantificação de *Salmonella* spp.

A pesquisa de *Salmonella* spp. foi realizada em 25g de cada uma das 360 unidades amostrais; entretanto, em apenas uma foi realizada a quantificação por Número Mais Provável (NMP). Os métodos utilizados foram os descritos pelo Procedimento Operacional Padrão do INCQS nº 65.3210.044 – “Pesquisa e Contagem de *Salmonella* sp em Carcaças Congeladas de Frango”⁵.

Avaliação dos dizeres de rotulagem

Os rótulos foram analisados segundo as seguintes legislações:

- **Resolução RDC nº 13/2001** – Regulamento técnico para instruções de uso, preparo e conservação na rotulagem de carne de aves e seus miúdos crus, resfriados e congelados (Anvisa²).
- **Portaria nº 371/1997** – Foi utilizada para análise dos rótulos até a sua vigência, sendo revogada pela Instrução Normativa nº 22/2005³ – regulamento técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado (MAPA⁶).
- **Lei nº 10.674/2003** – Obriga a todos os alimentos industrializados conter em seus rótulos as expressões “Contém glúten” ou “Não contém glúten”, como medida preventiva e de controle da doença celíaca (Anvisa⁴).
- **Portaria nº 1.004/1998** – Regulamento técnico de atribuição de função de aditivos e seus limites máximos de uso para a categoria 8 – carnes e produtos cárneos – (Anvisa⁷).

Resultados

Entre as 72 amostras selecionadas para quantificação de *Salmonella* spp. seis foram positivas: quatro com resultados de 0,036 NMP/g, uma com 0,092 NMP/g e uma com 2,3x10³ NMP/g. A presença foi verificada em 7,2% das unidades amostrais (Tabela 1).

Tabela 1. Prevalência de *Salmonella* spp., por Estado produtor, em carcaças de frango coletadas em São Paulo, no período de setembro de 2004 a junho de 2006.

Estado produtor	Unidades amostrais analisadas	Presença de <i>Salmonella</i> spp.
São Paulo	195	23
Paraná	70	1
Rio Grande do Sul	30	2
Minas Gerais	25	0
Mato Grosso	20	0
Distrito Federal	10	0
Santa Catarina	5	0
Goiás	5	0
TOTAL	360	26

Quanto à avaliação dos dizeres de rotulagem, 60% das amostras estavam em desacordo com a RDC nº 13/01, sendo uma amostra por não conter as

informações mínimas obrigatórias e as demais por não terem esses dizeres em destaque. Segundo as demais legislações, 79% estavam em desacordo com pelo menos uma delas. Seis amostras declaravam na rotulagem a presença do corante urucum e as demais tiveram como principais causas de não-conformidade a ausência de expressões obrigatórias, como temperaturas máximas e mínimas de conservação; “Contém glúten” ou “Não contém glúten”; “Venda por peso”; identificação da origem incompleta ou informações de prazo de validade e data de fabricação não indelévels (Figura 1).

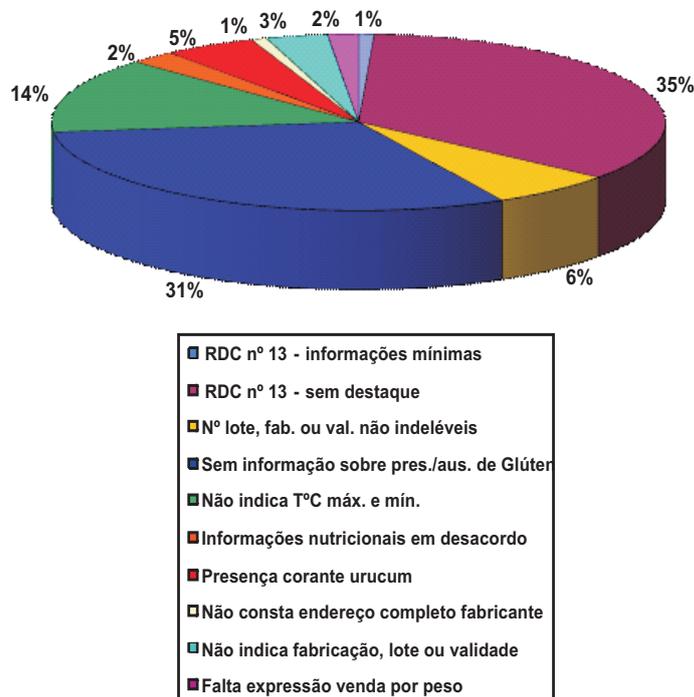


Figura 1. Distribuição das amostras em desacordo, segundo a avaliação dos dizeres de rotulagem.

Discussão e conclusão

A ocorrência e quantificação de *Salmonella* nas aves pode variar de acordo com o manejo durante a criação, condições de abate dos animais e posterior manipulação das carcaças. A presença de *Salmonella* spp. em 13,9% das amostras reforça a importância da aplicação da Resolução RDC nº 13/01 para prevenção da ocorrência de surtos associados a esse patógeno. Os baixos números encontrados na maioria das amostras quantificadas podem ser explicados pelo fato das mesmas serem congeladas; pelo uso de substâncias inibidoras como promotores de crescimento e/ou durante o processamento das carcaças; e até mesmo por melhorias no controle do patógeno ao longo da cadeia de produção.

Verificou-se que a distribuição desta bactéria não foi homogênea, uma vez que cada amostra era composta por cinco unidades e em um mesmo lote havia amostras positivas e negativas, reforçando a necessidade do constante monitoramento deste patógeno.

Quanto aos dizeres de rotulagem, a elevada porcentagem de amostras em desacordo com as legislações demonstra a necessidade da adequação

dos dizeres destes produtos, continuidade do monitoramento e adoção de medidas corretivas. A descrição de todas as informações no rótulo, de maneira clara, precisa e que atenda a todas as legislações em vigor, é de grande importância, pois fortalece a confiança nas relações comerciais, possibilita a rastreabilidade dos produtos e, principalmente, é fator de promoção e proteção à saúde dos consumidores.

Referências bibliográficas

1. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Legislação. Visalegis. Resolução RDC n. 12/2001. Aprova o regulamento técnico sobre os padrões microbiológicos. De 2 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/e-legis/>. [Acesso em 5 abr 2007].
2. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Legislação. Visalegis. Resolução RDC n. 13/2001. Aprova o regulamento técnico para instruções de uso, preparo e conservação na rotulagem de carne de aves e seus miúdos crus, resfriados e congelados. De 2 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/e-legis/>. [Acesso em 5 abr 2007].
3. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 22/2005. Aprova o regulamento técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado. De 24 de novembro de 2005. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 25 nov 2005, Seção 1, p. 15.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Legislação. Visalegis. Lei n. 10.674/2003. Obriga a que todos os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca. De 16 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/e-legis/>. [Acesso em 5 abr 2007].
5. Instituto Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisa e Contagem de *Salmonella* sp em Carcaças Congeladas de Frango. In: Manual da Qualidade. Rio de Janeiro; 2004. Seção 10, n. 65.3210.044.
6. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria n. 371/1997. Aprova o regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados. De 4 de setembro de 1997. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 de set 1997, n. 172, Seção 1, p. 19700-2.
7. Brasil. Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Portaria n. 1.004/1998. Aprova o regulamento técnico de atribuição de função de aditivos, e seus limites máximos de uso para a categoria 8 – carnes e produtos cárneos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 dez 1998, n. 239, Seção 1, p. 28-32.

Correspondência/Correspondence to:

Miyoko Jakabi
Av. Dr. Arnaldo, 355 – Cerqueira César
São Paulo/SP – Brasil
CEP: 01246-912
Fax: 55 11 3062-5363
E-mail: mijakabi@ial.sp.gov.br

Apoio financeiro: Programa Nacional de Monitoramento da Prevalência e da Resistência Bacteriana em Frangos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (Prebaf/Anvisa/MS).

Classificação epidemiológica dos municípios para a leishmaniose visceral americana. Estado de São Paulo, abril de 2008

American visceral leishmaniasis epidemiologic classification according to cities in the State of São Paulo, April, 2008

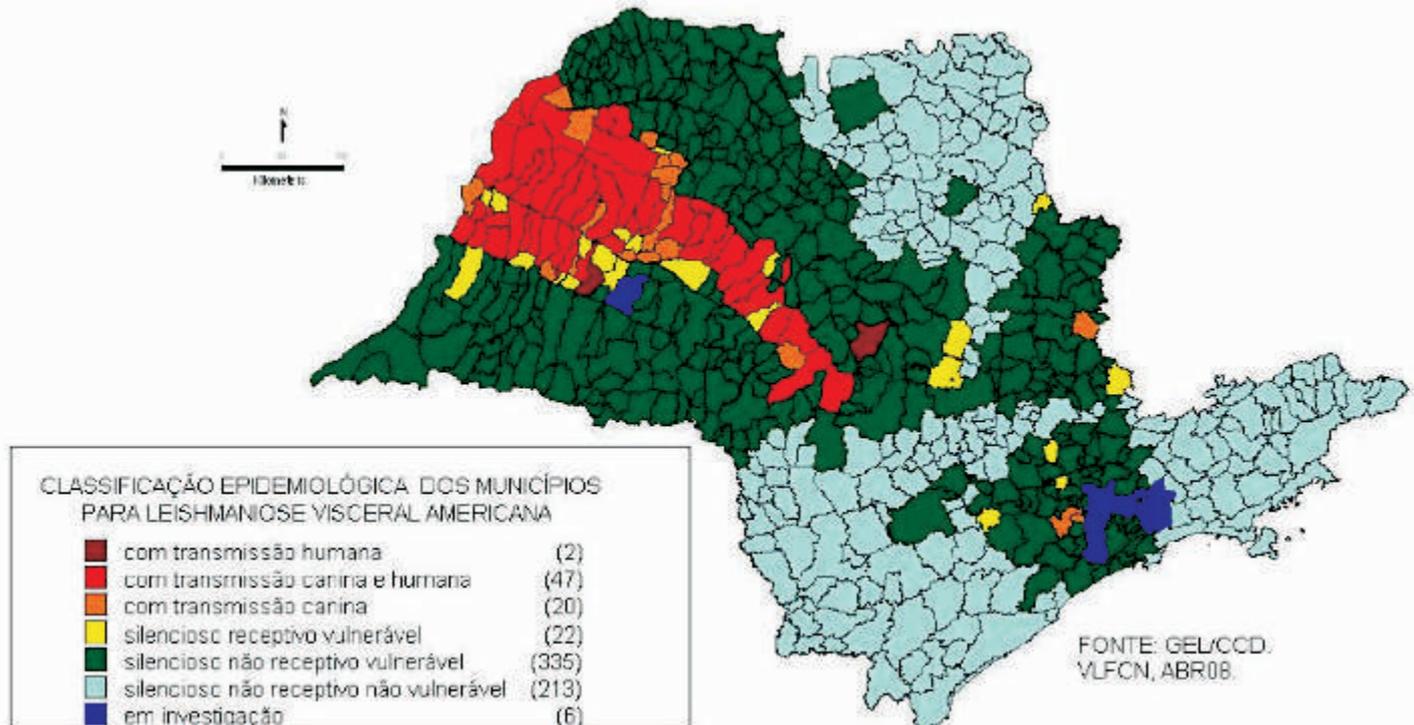
Grupo de Estudos em Leishmanioses
 Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD)
 Superintendência de Controle de Endemias (Sucen)
 Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP)

Este informe técnico atualiza a classificação dos municípios do Estado de São Paulo segundo a situação epidemiológica para a leishmaniose visceral americana (LVA), até o mês de abril de 2008.

Dos 645 municípios paulistas, 51,9% (335) estão classificados como silenciosos não receptivos vulneráveis; 33,0% (213), silenciosos não receptivos não vulneráveis; e 10,7% (69) foram registrados com transmissão da LVA canina – destes, em 49 (7,6%) a doença também atinge seres humanos e em dois (Jaú em 2004, e Parapuã, 2008) foi registrado um caso humano respectivamente, sem a detecção da enzootia canina. Em Parapuã, o vetor – *Lutzomyia longipalpis* – já foi detectado em 2007, enquanto no município de Jaú o vetor ainda não foi encontrado. Na

figura a seguir pode ser observada a distribuição desses municípios.

Com relação ao informe anterior, dos nove municípios em investigação quatro não confirmaram a transmissão. Os outros cinco, situados na região Metropolitana de São Paulo (Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Suzano) mantêm-se em investigação, assim como a capital paulista, em decorrência da notificação de um caso humano. Registra-se também a investigação de uma suspeita de transmissão humana em Tupã, na macrorregião de Marília. Ressalta-se que neste município já foi detectado o vetor *Lutzomyia longipalpis* e confirmada a transmissão da LVA em cães.



Distribuição dos municípios do Estado de São Paulo segundo a classificação epidemiológica para leishmaniose visceral americana, abril/2008.

Anexa listagem dos municípios segundo a classificação epidemiológica para a LVA, por Serviço Regional (SR) da Sucen e Departamento Regional de Saúde (DRS).

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
1	I	1	São Paulo	EM INVESTIGAÇÃO
1	I	7	Diadema	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	7	Mauá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	7	Ribeirão Pires	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	7	Rio Grande da Serra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	7	Santo André	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	7	São Bernardo do Campo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	7	São Caetano do Sul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	8	Arujá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	8	Biritiba-Mirim	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
1	I	8	Ferraz de Vasconcelos	EM INVESTIGAÇÃO
1	I	8	Guararema	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
1	I	8	Guarulhos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	8	Itaquaquecetuba	EM INVESTIGAÇÃO
1	I	8	Mogi das Cruzes	EM INVESTIGAÇÃO
1	I	8	Poá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	8	Salesópolis	EM INVESTIGAÇÃO
1	I	8	Santa Isabel	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
1	I	8	Suzano	EM INVESTIGAÇÃO
1	I	9	Caieiras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	9	Cajamar	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	9	Francisco Morato	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	9	Franco da Rocha	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	9	Mairiporã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Barueri	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Carapicuíba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Cotia	COM TRANSMISSÃO CANINA
1	I	10	Embu	COM TRANSMISSÃO CANINA
1	I	10	Embu-Guaçu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Itapeerica da Serra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Itapevi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Jandira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Juquitiba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Osasco	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Pirapora do Bom Jesus	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Santana de Parnaíba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	São Lourenço da Serra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Taboão da Serra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
1	I	10	Vargem Grande Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
2	IV	25	Bertioga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	IV	25	Cubatão	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
2	IV	25	Guarujá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	IV	25	Itanhaém	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	IV	25	Mongaguá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
2	IV	25	Peruibe	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	IV	25	Praia Grande	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
2	IV	25	Santos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
2	IV	25	São Vicente	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
2	XII	23	Barra do Turvo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Cajati	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Cananéia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Eldorado	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Iguape	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Ilha Comprida	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Iporanga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Itariri	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Jacupiranga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Juquiá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Miracatu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Pariquera-Açu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Pedro de Toledo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
2	XII	23	Registro	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
2	XII	23	Sete Barras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	27	Caçapava	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	27	Igaratá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
3	XVII	27	Jacareí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	27	Jambeiro	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	27	Monteiro Lobato	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	27	Paraibuna	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	27	Santa Branca	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	27	São José dos Campos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	28	Caraguatatuba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	28	Ilhabela	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	28	São Sebastião	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	28	Ubatuba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Aparecida	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Arapeí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Areias	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Bananal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Cachoeira Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Campos do Jordão	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Canas	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Cruzeiro	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Cunha	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Guaratinguetá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Lagoinha	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Lavrinhas	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Lorena	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Natividade da Serra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Pindamonhangaba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Piquete	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Potim	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Queluz	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Redenção da Serra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Roseira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Santo Antônio do Pinhal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	São Bento do Sapucaí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	São José do Barreiro	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	São Luís do Paraitinga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Silveiras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Taubaté	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
3	XVII	33	Tremembé	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Águas de Santa Bárbara	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	VI	16	Anhembi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	VI	16	Arandu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Areiópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	VI	16	Avaré	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	VI	16	Barão de Antonina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Bofete	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Botucatu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	VI	16	Cerqueira César	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Conchas	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Coronel Macedo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Fartura	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Iaras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	VI	16	Itai	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Itaporanga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Itatinga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Laranjal Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Manduri	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Paranapanema	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Pardinho	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Pereiras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Piraju	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Porangaba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Pratânia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	VI	16	São Manuel	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	VI	16	Sarutaiá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Taquai	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Taquarituba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
4	VI	16	Tejuçá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	VI	16	Torre de Pedra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Alambari	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Aluminio	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Angatuba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Araçariçuama	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Araçoiaba da Serra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Boituva	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Campina do Monte Alegre	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Capão Bonito	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Capela do Alto	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Cerquilha	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Cesário Lange	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Guareí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Ibiúna	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Iperó	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Itapetininga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Itu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Jumirim	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Mairinque	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Piedade	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Pilar do Sul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Porto Feliz	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Quadra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Ribeirão Grande	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Salto	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Salto de Pirapora	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	São Miguel Arcanjo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	São Roque	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Sarapuí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Sorocaba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Tapiraí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Tatui	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Tietê	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	31	Votorantim	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Apiaí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Barra do Chapéu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Bom Sucesso de Itararé	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Buri	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Guapiara	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Itaberá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Itaóca	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Itapeva	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Itapirapuá Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Itararé	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Nova Campina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Ribeira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Ribeirão Branco	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Riversul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
4	XVI	32	Taquarivaí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Águas de Lindóia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Americana	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Amparo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Artur Nogueira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Atibaia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Bom Jesus dos Perdões	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Bragança Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Cabreúva	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Campinas	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Campo Limpo Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Cosmópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Holambra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Hortolândia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Indaiatuba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Itatiba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
5	VII	17	Itupeva	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Jaguariúna	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Jarinu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Joaquimópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Jundiaí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Lindóia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Louveira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Monte Alegre do Sul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Monte Mor	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Morungaba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Nazaré Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Nova Odessa	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Paulínia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Pedra Bela	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Pedreira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Pinhalzinho	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Piracaia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Santa Bárbara d'Oeste	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Santo Antônio de Posse	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Serra Negra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Socorro	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Sumaré	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Tuiuti	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Valinhos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Vargem	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	VII	17	Várzea Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	VII	17	Vinhedo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Águas de São Pedro	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Análândia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Araras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Capivari	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Charqueada	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Conchal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Cordeirópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Corumbataí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Elias Fausto	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Engenheiro Coelho	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	peúna	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	racemópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Itapirina	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Leme	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Limeira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Mombuca	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Piracicaba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Pirassununga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Rafard	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Rio Claro	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Rio das Pedras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Saltinho	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Santa Cruz da Conceição	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	X	20	Santa Gertrudes	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	Santa Maria da Serra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	X	20	São Pedro	SILENCIOSO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Aguaí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Águas da Prata	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Caconde	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Casa Branca	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Divinolândia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Espirito Santo do Pinhal	COM TRANSMISSÃO CANINA
5	XIV	26	Estiva Gerbi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Itapira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	tobi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Mococa	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Mogi Guaçu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Mogi Mirim	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
5	XIV	26	Santa Cruz das Palmeiras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Santo Antônio do Jardim	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	São João da Boa Vista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	São José do Rio Pardo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	São Sebastião da Gramma	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Tambaú	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Tapiratiba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
5	XIV	26	Vargem Grande do Sul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Américo Brasiliense	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Araraquara	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Boa Esperança do Sul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Borborema	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Cândido Rodrigues	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Descalvado	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Dobrada	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Dourado	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Gavião Peixoto	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Ibaté	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Ibitinga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Itápolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Matão	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Motuca	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Nova Europa	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Porto Ferreira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Ribeirão Bonito	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Rincão	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Santa Ernestina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Santa Lúcia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	São Carlos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Tabatinga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	III	12	Taquaritinga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	III	12	Trabiju	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	V	14	Altair	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Barretos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	V	14	Bebedouro	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Cajobi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Colina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Colômbia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Embaúba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Guaíra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Guaraci	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Jaborandi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Monte Azul Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Olimpia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Severínia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Taiacuçú	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Taiúva	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Taquaral	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Terra Roxa	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Viradouro	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	V	14	Vista Alegre do Alto	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Aramina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Buritizal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Cristais Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Franca	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Guará	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Igarapava	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Ipuã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Itirapuã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Ituverava	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Jeriquara	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Miguelópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Morro Agudo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Nuporanga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Orlândia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
6	VIII	18	Patrocínio Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Pedregulho	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Restinga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Ribeirão Corrente	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Rifaina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	Sales Oliveira	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	São Joaquim da Barra	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	VIII	18	São José da Bela Vista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Altinópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Barrinha	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Batalais	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Brodowski	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Cajuru	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Cássia dos Coqueiros	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Cravinhos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Dumont	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Guariba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Guataparã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Jaboticabal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Jardinópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Luis Antônio	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Monte Alto	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Pitangueiras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Pontal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Pradópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Ribeirão Preto	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Santa Cruz da Esperança	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Santa Rita do Passa Quatro	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Santa Rosa de Viterbo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Santo Antônio da Alegria	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	São Simão	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Serra Azul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Serrana	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
6	XIII	24	Sertãozinho	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO NÃO VULNERÁVEL
8	XV	29	Adolfo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Alvares Florencie	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Américo de Campos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Aurirama	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Bady Bassitt	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Balsamo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Cardoso	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Catanduva	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Catiguá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Cedral	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Cosmorama	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Elisiário	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Fernando Prestes	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Floreal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Gastão Vidigal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	General Salgado	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Guapiaçu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Irará	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Jacém	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Jaguá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Jaraguá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Jatobá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Jaci	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	José Bonifácio	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Macabal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Magda	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Marapoama	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Mendonça	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Mirassol	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Mirassolândia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Monções	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
8	XV	29	Monte Aprazível	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Neves Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Nhandeara	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Nipoã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Nova Aliança	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Nova Granada	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Novais	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Novo Horizonte	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Onda Verde	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Orindiúva	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Palestina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Palmares Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Paraíso	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Parisi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Paulo de Faria	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Pindorama	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Pirangi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Planalto	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Poloni	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Pontes Gestal	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Potirendaba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Riolândia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Sales	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Santa Adélia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	São José do Rio Preto	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Sebastianópolis do Sul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Tabapuã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Tanabi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Ubarana	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Uchoa	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	União Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Urupês	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Valentim Gentil	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Votuporanga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	29	Zacarias	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Aparecida d'Oeste	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Aspásia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Dirce Reis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Dolcinópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Estrela d'Oeste	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Fernandópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Guarani d'Oeste	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Indiaporã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Jales	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Macedônia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Marinópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Meridiano	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Mesópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Mira Estrela	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Nova Canaã Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Ouroeste	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Palmeira d'Oeste	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Paranapuã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Pedranópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Pontalinda	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Populina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Rubinéia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Santa Albertina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Santa Clara d'Oeste	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Santa Fé do Sul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Santa Rita d'Oeste	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Santa Salete	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Santana da Ponte Preta	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	São Francisco	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	São João das Duas Pontes	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
8	XV	30	São João de Iracema	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Três Fronteiras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Turmalina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Urânia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
8	XV	30	Vitória Brasil	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
9	II	11	Alto Alegre	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Andradina	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Araçatuba	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Auriflama	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Avanhandava	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Barbosa	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Bento de Abreu	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Bilac	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Birigui	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Braúna	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Brejo Alegre	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Buritama	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Castilho	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Clementina	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
9	II	11	Coroados	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Gabriel Monteiro	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
9	II	11	Glicério	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Guaraçai	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Guararapes	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Guzolândia	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Ilha Solteira	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Itapura	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Lavínia	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Lourdes	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Luizília	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Mirandópolis	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Murutinga do Sul	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Nova Castilho	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Nova Independência	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Nova Luzitânia	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
9	II	11	Penápolis	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Pereira Barreto	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Piacatu	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Rubiácea	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Santo Antônio do Aracanguá	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
9	II	11	Santópolis do Aguapeí	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Sud Mennucci	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Suzanópolis	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Turiúba	COM TRANSMISSÃO CANINA
9	II	11	Valparaíso	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
10	XI	21	Alfredo Marcondes	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Álvares Machado	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Anhumas	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Caiabu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Emilianópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Estrela do Norte	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Flora Rica	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Iepê	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Indiana	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Irapuru	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
10	XI	21	João Ramalho	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Martinópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Nantes	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Narandiba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Pirapozinho	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Presidente Bernardes	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Presidente Prudente	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Quatá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Rancharia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Regente Feijó	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
10	XI	21	Sandovalina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Santo Expedito	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Taciba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	21	Tarabá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Caiuá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Dracena	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
10	XI	22	Euclides da Cunha Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Junqueirópolis	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
10	XI	22	Marabá Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Mirante do Paranapanema	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Monte Castelo	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Nova Guataporanga	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
10	XI	22	Ouro Verde	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
10	XI	22	Panorama	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
10	XI	22	Paulicéia	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
10	XI	22	Piquerobi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Presidente Epitácio	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Presidente Venceslau	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Ribeirão dos Índios	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Rosana	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Santa Mercedes	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
10	XI	22	Santo Anastácio	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	São João do Pau d'Alho	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Teodoro Sampaio	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
10	XI	22	Tupi Paulista	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	IX	13	Assis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Bernardino de Campos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Borá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Cândido Mota	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Canitar	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Chavantes	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Cruzália	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Espírito Santo do Turvo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Florínia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Ibirarema	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Ipauçu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Lutécia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Maracá	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Óleo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Ourinhos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Palmital	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Paraguçu Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Pedrinhas Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Platina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Ribeirão do Sul	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Salto Grande	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Santa Cruz do Rio Pardo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	São Pedro do Turvo	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Tarumã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	13	Timburi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Adamantina	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	IX	19	Álvaro de Carvalho	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Alvinlândia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Arco-Íris	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Bastos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Campos Novos Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Echaporã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Fernão	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Flórida Paulista	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	IX	19	Gália	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Garça	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Guaimbé	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Guarantã	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA

SR	DRS	GVE	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA PARA LVA
11	IX	19	Herculândia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Itaci	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	núbia Paulista	COM TRANSMISSÃO CANINA
11	IX	19	Júlio Mesquita	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Lucélia	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	IX	19	Lupércio	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Mariápolis	COM TRANSMISSÃO CANINA
11	IX	19	Marília	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Ocaúçu	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Oriente	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Oscar Bressane	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Osvaldo Cruz	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	IX	19	Pacaembu	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	IX	19	Parapuã	COM TRANSMISSÃO HUMANA
11	IX	19	Pompéia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Pracinha	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Queiroz	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Quintana	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Rinópolis	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Sagres	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Salmourão	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Tupã	EM INVESTIGAÇÃO
11	IX	19	Ubirajara	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	IX	19	Vera Cruz	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Agudos	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	VI	15	Arealva	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Avai	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	VI	15	Balbinos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Bariri	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Barra Bonita	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Bauru	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	VI	15	Bocaina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Boracéia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Borebi	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Brotas	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Cabrália Paulista	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Cafelândia	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	VI	15	Dois Córregos	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Duartina	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Getulina	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Guaiçara	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	VI	15	Jacanga	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Jaraguá do Tietê	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Itaju	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Itapuí	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Jau	COM TRANSMISSÃO HUMANA
11	VI	15	Jenópolis Paulista	COM TRANSMISSÃO HUMANA
11	VI	15	Jins	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	VI	15	Lucianópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Macatuba	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Mineiros do Tietê	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Paulistânia	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Pederneiras	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Pirajuí	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	VI	15	Piratininga	COM TRANSMISSÃO CANINA
11	VI	15	Pongai	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Presidente Alves	SILENCIOSO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Promissão	COM TRANSMISSÃO CANINA E HUMANA
11	VI	15	Reginópolis	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Sabino	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Torinhã	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL
11	VI	15	Jru	SILENCIOSO NÃO RECEPTIVO VULNERÁVEL

Correspondência/Correspondence to:

Vera Camargo-Neves

Av. Dr. Arnaldo, 351 1º andar, sala 130 – CEP: 01246-000 – Cerqueira César – São Paulo/SP – Brasil

Tel.: 55 11 3066-8906 e 3066-8905 – E-mail: veracamargo@saude.sp.gov.br

Instruções aos Autores

O **Boletim Epidemiológico Paulista (Bepa)** publicação mensal da Coordenadoria de Controle de Doenças, órgão da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CCD/SES-SP) veicula artigos relacionados aos agravos à saúde pública ocorridos nas diversas áreas de controle, assistência e diagnóstico laboratorial do Sistema Único de Saúde de São Paulo (SUS-SP). Além de disseminar informações entre os profissionais de saúde de maneira rápida e precisa, o Bepa tem como objetivo incentivar a produção de trabalhos que subsidiem as ações de prevenção e controle de doenças na rede pública, apoiando, ainda, a atuação dos profissionais do sistema de saúde privado, promovendo a atualização e o aprimoramento de ambos.

Os documentos que podem ser publicados neste boletim estão divididos nas seguintes categorias:

1. **Artigos originais** – destinados à divulgação de resultados de pesquisa original inédita, que possam ser replicados e/ou generalizados. Devem ter de 2.000 a 4.000 palavras, excluindo tabelas, figuras e referências.

2. **Revisão** – Avaliação crítica sistematizada da literatura sobre assunto relevante à saúde pública. Devem ser descritos os procedimentos adotados, esclarecendo a delimitação e limites do tema. Extensão máxima: 5.000 palavras.

3. **Comunicações breves** – São artigos curtos destinados à divulgação de resultados de pesquisa. No máximo 1.500 palavras, uma tabela/figura e cinco referências.

4. **Informe epidemiológico** – Textos que têm por objetivo apresentar ocorrências relevantes para a saúde coletiva, bem como divulgar dados dos sistemas de informação sobre doenças e agravos. Máximo de 3.000 palavras.

5. **Informe técnico** – Trabalhos que têm por objetivo definir procedimentos, condutas e normas técnicas das ações e atividades desenvolvidas no âmbito da saúde coletiva. No máximo 5.000 palavras.

A estrutura dos textos produzidos para a publicação deverá adequar-se ao estilo Vancouver, cujas linhas gerais seguem abaixo.

- **Página de identificação** – Título do artigo, conciso e completo, em Português e Inglês; nome completo de todos os autores; indicação da instituição à qual cada autor está afiliado; indicação do autor responsável pela troca de correspondência; se subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio e respectivo nome do processo; se foi extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição em que foi apresentada.
- **Resumo** – Todos os textos, à exceção dos
- **Informes técnicos**, deverão ter resumo em Português e em Inglês (*Abstract*), dimensionado entre 150 palavras (**comunicações breves**) e no máximo 250 palavras (**artigos originais, revisões, atualizações e informes epidemiológicos**). Para os artigos originais, o resumo deve destacar os propósitos do estudo, procedimentos básicos adotados (seleção de sujeitos de estudo ou animais de laboratório, métodos analíticos e observacionais), principais descobertas e conclusões. Devem ser enfatizados novos e importantes aspectos do estudo ou das observações. Uma vez que os resumos são a principal parte indexada do artigo em muitos bancos de dados eletrônicos, e a única parte que alguns leitores lêem, os autores precisam lembrar que eles devem refletir, cuidadosamente, o conteúdo do artigo. Para os demais textos, o resumo deve ser narrativo, mas com as mesmas informações.
- **Descritores (unitermos ou palavras-chave)** – Seguindo-se ao resumo, devem ser indicados no mínimo três e no máximo dez descritores do conteúdo, que têm por objetivo facilitar indexações cruzadas dos textos e podem ser publicados juntamente com o resumo. Em Português, os descritores deverão ser extraídos do vocabulário "Descritores em Ciências em Saúde" (DeCS), da Bireme. Em Inglês, do "Medical Subject Headings" (Mesh). Caso não sejam encontrados descritores adequados à temática abordada, termos ou expressões de uso corrente poderão ser empregados.
- **Introdução** – Contextualiza o estudo, a natureza dos problemas tratados e sua importância. A introdução deve ser curta, definir o problema estudado, sintetizar sua importância e destacar as lacunas do conhecimento abordadas.
- **Metodologia (Métodos)** – A metodologia deve incluir apenas informação disponível no momento em que foi escrito o plano ou protocolo do estudo; toda a informação obtida durante a condução do estudo pertence à seção de resultados. Deve conter descrição, clara e sucinta, acompanhada da respectiva citação bibliográfica, dos procedimentos adotados, a população estudada (universo e amostra), instrumentos de medida e, se aplicável, método de validação e método estatístico.
- **Resultados** – Devem ser apresentados em seqüência lógica no texto, tabelas e figuras, colocando as descobertas principais ou mais importantes primeiro. Os resultados encontrados devem ser descritos sem incluir interpretações e/ou comparações. Sempre que possível, devem ser apresentados em tabelas e figuras auto-explicativas e com análise estatística, evitando-se sua repetição no texto.
- **Discussão** – Deve enfatizar os novos e importantes aspectos do estudo e as conclusões que dele derivam, sem repetir material colocado nas seções de introdução e resultados. Deve começar com a apreciação das limitações do estudo, seguida da

- comparação com a literatura e da interpretação dos autores, apresentando, quando for o caso, novas hipóteses.
- **Conclusão** – Traz as conclusões relevantes, considerando os objetivos do trabalho e formas de continuidade. Se tais aspectos já estiverem incluídos na discussão, a conclusão não deve ser escrita.
- **Referências bibliográficas** – A exatidão das referências bibliográficas é de responsabilidade dos autores.

- **Citações bibliográficas no texto, tabelas e figuras:** deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismo arábico, sobrescrito, após a citação, constando da lista de referências bibliográficas. Exemplo:

"Os fatores de risco para a infecção cardiovascular estão relacionados à imunocompetência do hospedeiro¹."

- **Referências bibliográficas:** devem ser numeradas consecutivamente, obedecendo à ordem em que aparecem pela primeira vez no texto, de acordo com o estilo Vancouver. A ordem de citação no texto obedecerá esta numeração. Até seis autores, citam-se todos os nomes; acima disso, apenas os seis primeiros, seguidos da expressão em Latim "*et al*". É recomendável não ultrapassar o número de 30 referências bibliográficas por texto.

A) Artigos de periódicos – As abreviaturas dos títulos dos periódicos citados devem estar de acordo com o *Index Medicus*, e marcadas em negrito.

Exemplo:

1. Ponce de Leon P; Valverde J e Zdero M. Preliminary studies on antigenic mimicry of *Ascaris Lumbricooides*. **Rev Lat-amer Microbiol** 1992; 34:33-38.

2. Cunha MCN, Zorzatto JR, Castro LLC. Avaliação do uso de Medicamentos na rede pública municipal de Campo Grande, MS. **Rev Bras Cien Farmacêuticas** 2002; 38:217-27.

B) Livros A citação de livros deve seguir o exemplo abaixo:

3. Medronho RA. Geoprocessamento e saúde: uma nova abordagem do espaço no processo saúde-doença. Primeira edição. Rio de Janeiro: Fiocruz/CICT/NECT.

C) Capítulos de livro – Já ao referenciar capítulos de livros, os autores deverão adotar o modelo a seguir:

4. Arnaux JM, Laporte JR. Promoção do uso racional de medicamentos e preparação de guias farmacológicos. *In:* Laporte JR, Tognoni G, Rozenfeld

S. Epidemiologia do medicamento: princípios gerais. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco; 1989.

D) Dissertações e teses:

5. Moreira MMS. Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento [dissertação]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; 2000. p. 100.

E) Trabalhos de congressos, simpósios, encontros, seminários e outros:

6. Barboza *et al*. Descentralização das políticas públicas em DST/Aids no Estado de São Paulo. *In:* III Encontro do Programa de Pós-Graduação em Infecções e Saúde Pública; 2004 ago; São Paulo: Rev IAL. P. 34 [resumo 32-SC].

F) Periódicos e artigos eletrônicos:

7. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de indicadores sociais 2000. [Boletim on-line]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> [2004 mar 5]

G) Publicações e documentos de organizações governamentais:

8. Brasil. Decreto 793, de 5 de abril de 1993. Altera os Decretos 74.170, de 10 de junho de 1974, e 79.094, de 5 de janeiro de 1977, que regulamentam, respectivamente, as Leis 5991, de 17 de janeiro de 1973, e 6360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 6 abr 1993. Seção 1. p. 4397.

9. Organización Mundial de la Salud (OMS). Como investigar el uso de medicamentos en los servicios de salud. Indicadores seleccionados del uso de medicamentos. Ginebra; 1993. (DAP. 93.1).

Casos não contemplados nesta instrução devem ser citados conforme indicação do Committee of Medical Journals Editors (*Grupo Vancouver*) (<http://www.cmje.org>).

Tabelas – Devem ser apresentadas em folhas separadas, numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto. A cada uma deve ser atribuído um título breve, **NÃO SE UTILIZANDO TRAÇOS INTERNOS HORIZONTAIS OU VERTICAIS**. Notas explicativas devem ser colocadas no rodapé das tabelas e não no cabeçalho ou título.

Quadros – São identificados como tabelas, seguindo uma única numeração em todo o texto.

Figuras – Fotografias, desenhos, gráficos etc., citados como figuras, devem ser numerados consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que foram mencionados no texto, por número e título abreviado no trabalho. As legendas devem ser apresentadas em folha à parte; as ilustrações devem ser suficientemente claras para permitir sua reprodução. Não são permitidas figuras que representem os mesmos dados.



**SECRETARIA
DA SAÚDE**

